

ENTRE O CAMPO E O GARIMPO: migrações para garimpagem na Amazônia à luz das políticas de integração da Ditadura Militar

Giselle Maria Silva Cruz¹

Artigo recebido em: 02/01/2025.

Artigo aceito em: 18/04/2025.

RESUMO:

Este artigo analisa a trajetória migratória de trabalhadores rurais do Maranhão para a Amazônia, focando nas políticas migratórias propagadas pela Ditadura Militar no Brasil. Investiga as condições socioeconômicas que impulsionaram essa migração, destacando a pobreza e a desigualdade no Nordeste, bem como as estratégias do governo para integrar a Amazônia ao restante do país. Discute os impactos dessas políticas na vida dos migrantes, revelando como a precarização das condições de trabalho e a marginalização social foram consequências diretas da ocupação territorial promovida pelo regime militar. Ao abordar a migração como um fenômeno político e social, contribui para uma compreensão das complexas relações de poder e exploração que caracterizam a experiência migratória na Amazônia. A análise de relatos orais auxilia no entendimento das experiências migrantes no contexto espacial dos garimpos e teóricos como Abdelmalek Sayad (2008) e José de Souza Martins (1980; 1986; 2018) contribuem para o entendimento das experiências migratórias, com foco na realidade de quem migra e nos espaços ocupados por eles.

PALAVRAS-CHAVE: Migração, Ditadura Militar, Amazônia, Garimpo.

Between the field and the garimpo: Migrations for mining in the Amazon in light of the integration policies of the Military Dictatorship

ABSTRACT:

This article analyzes the migratory trajectory of rural workers from Maranhão to the Amazon, focusing on the migration policies propagated by the Military Dictatorship in Brazil. It investigates the socioeconomic conditions that drove this migration, highlighting poverty and inequality in the Northeast, as well as the government's strategies to integrate the Amazon with the rest of the country. It discusses the impacts of these policies on the lives of migrants, revealing how precarious working conditions and social marginalization were direct consequences of the territorial occupation promoted by the military regime. By approaching migration as a political and social phenomenon, it contributes to an understanding of the complex relations

¹ Mestranda no Programa Interdisciplinar em Sociedade e Cultura e graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/1244678586903733, ORCID 0009-0007-5302-2157, giselle.maria12@gmail.com.

of power and exploitation that characterize the migratory experience in the Amazon. The analysis of oral reports helps us to understand migrant experiences in the spatial context of mining sites. Theorists such as Abdelmalek Sayad (2008) and José de Souza Martins (1980; 1986; 2018) contribute to the understanding of migratory experiences, focusing on the reality of those who migrate and the spaces they occupy.

KEYWORDS: Migration, Military Dictatorship, Amazon, Garimpo.

1. Introdução

Temos por objetivo analisar a trajetória migratória de jovens trabalhadores rurais do Maranhão para a região amazônica, com ênfase nas políticas migratórias incentivadas pela ditadura militar e nas condições socioeconômicas e ações governamentais que moldaram esse processo. E assim investigar os fatores que impulsionaram a migração de jovens trabalhadores rurais para a Amazônia. Nos propomos também a explorar as políticas públicas e estratégias econômicas da ditadura militar que incentivaram a ocupação da Amazônia, e seus impactos sobre as comunidades locais e migrantes. Tendo em mente que esses mecanismos de ocupação amazônica não apenas moldaram os fluxos migratórios, mas também criaram uma realidade de exploração e precarização, essas práticas revelam como o Estado contribuiu para a perpetuação de desigualdades sociais e econômicas.

Para isso, cabe aplicar a concepção de Abdelmalek Sayad sobre migração, com foco na “dupla ausência” e nas dinâmicas de exclusão e precarização vividas pelos migrantes em sua terra de origem e no destino. Por meio da teoria de Sayad compreendemos a migração como um fenômeno de violência simbólica, política e econômica, indo além da visão meramente econômica que costuma dominar os estudos sobre o tema.

A análise da migração interna no Brasil, especialmente do Maranhão para a Amazônia, exige uma abordagem teórica interdisciplinar que contemple os aspectos estruturais e subjetivos desse fenômeno. Abdelmalek Sayad (2008) oferece um ponto de partida essencial ao compreender a migração como um processo marcado por essa “dupla ausência”: o migrante está simultaneamente desconectado de sua terra de origem e precarizado no local de destino. Essa abordagem ajuda a entender como os

jovens trabalhadores rurais maranhenses, ao deixarem suas comunidades, não apenas enfrentaram a exclusão socioeconômica no Maranhão, mas também vivenciaram novas formas de dominação e marginalização no garimpo amazônico.

Sayad (2008) argumenta que a migração não é um ato simplesmente voluntário, mas frequentemente imposto por condições estruturais, como a pobreza, a desigualdade e a concentração fundiária — aspectos profundamente presentes no Maranhão. Nesse sentido, sua teoria dialoga com José de Souza Martins (1980), que analisa a migração no contexto brasileiro como parte da violência estrutural do avanço da fronteira agrícola. Para Martins, o trabalhador rural é alijado de alternativas dignas em sua terra natal e empurrado para atividades econômicas precárias, como a garimpagem. Ambos os autores convergem ao destacar o papel estrutural das desigualdades sociais e econômicas na configuração dos fluxos migratórios.

No entanto, enquanto Sayad foca na experiência subjetiva do migrante e em suas condições de ausência, Martins (1980) enfatiza as dimensões materiais e históricas que moldam o deslocamento. Essa diferenciação permite abordar o fenômeno tanto em sua dimensão macroestrutural quanto nas vivências individuais. Sayad e Martins, reforçam que a migração não pode ser vista como um processo emancipatório, mas como uma continuidade das relações de dominação.

Em razão disso, este artigo visa contribuir para uma abordagem das migrações com destino a garimpagem como parte de um projeto político, focando na perspectiva daqueles que migraram, analisando o contexto particular das políticas de migrações e as narrativas de migrantes.

2. Migração e dominação política: o discurso de integração nacional

A migração e a dominação política no Brasil têm uma relação histórica profunda, especialmente durante a ditadura militar (1964-1985), quando o regime implementou políticas migratórias para fomentar a ocupação da Amazônia. Essas políticas visavam, além de integrar a região ao restante do país, legitimar o controle territorial sobre uma vasta área que era vista como essencial para a segurança nacional.

A proposta de integração nacional foi, portanto, marcada pela ideia de que a Amazônia deveria ser povoada e desenvolvida como parte do projeto de modernização e expansão da fronteira agrícola do país, com o incentivo ao deslocamento de trabalhadores para a região Norte.

No entanto, a migração durante esse período não se deu de forma uniforme, refletindo, principalmente, as disparidades de classe. O trabalhador migrante, em especial os envolvidos no garimpo, experimentou condições precárias e uma dura realidade de exploração.

José de Souza Martins, em suas análises sobre a ruralidade e o avanço da fronteira agrícola no Brasil, destaca como a expansão do agronegócio e da fronteira agrícola foi acompanhada de um processo de expropriação das terras e de um tratamento desigual dado aos trabalhadores. Para Martins (1986), o trabalhador rural, estava sujeito a um processo de subordinação e marginalização que não se limitava apenas ao campo, mas refletia um modelo econômico desigual, no qual os migrantes eram vistos como peças descartáveis de um sistema maior. Essa dinâmica de exploração está presente no processo de dominação política da migração, onde a mobilidade era incentivada não apenas como uma forma de integração, mas como um meio de consolidar a ocupação de territórios estratégicos para o regime, ao custo da precarização das condições de vida dos migrantes.

Ao observar as transformações estruturais no campo brasileiro e as heranças do colonialismo, vemos que a migração e a exploração da Amazônia se inscrevem em uma lógica de continuidade das relações de poder desiguais que remontam ao período colonial. Para Viotti da Costa (2007), a permanência de estruturas de dominação e a subordinação dos trabalhadores às grandes corporações e ao Estado demonstram como o legado colonial se perpetuou na modernidade. O Brasil, ao promover políticas migratórias para a Amazônia, não fez mais do que reforçar essas relações de subordinação e dominação.

Quando analisamos os incentivos à migração durante a ditadura, associada ao conceito de dominação política e precarização da condição de classe dos migrantes, revelamos as complexas relações de poder que atravessaram a história recente do Brasil. Durante a ditadura militar no Brasil, várias políticas públicas foram implementadas na Amazônia, com o objetivo de promover a integração nacional e o desenvolvimento econômico da região. Algumas das principais medidas incluem a construção de rodovias, como a Transamazônica, foi uma das principais ações do governo militar. Essas rodovias foram vistas como a espinha dorsal do plano de ocupação da Amazônia, facilitando o acesso e a colonização da região. Assim como a implementação de programas de colonização, frequentemente descritos como “a maior reforma agrária do mundo”.

No entanto, esses programas mostraram limites significativos, resultando em concentração de terras em vez de uma verdadeira reforma agrária. Aliado a Política de Integração Nacional (PIN) que incorporou incentivos fiscais e outros benefícios financeiros para empresários, visando estimular a exploração econômica da Amazônia. Isso incluiu a criação de instituições como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). E as estratégias de intervenção regional, com ações que foram articuladas como “metas estratégicas setoriais” pelo Ministério do Planejamento, impactando diretamente a Amazônia e buscando integrar a região ao restante do país. O governo militar buscou alinhar os interesses do capital nacional com as políticas de desenvolvimento da Amazônia, o que resultou em uma abertura crescente da região ao capital privado, muitas vezes em detrimento das comunidades locais e da biodiversidade (Vitale Joanoni Neto; Guimarães Neto, 2017).

Vitale Joanoni Neto e Guimarães Neto (2017), ressaltam a continuidade de um conceito fundamental para os governos brasileiros desde o século XIX: a Integração Nacional. Essa concepção ganha proeminência durante o Estado Novo (1937-1945), sob o governo de Getúlio Vargas, com a implementação da “Marcha para Oeste”. Tal projeto visava a integração dos “diversos brasis”, promovendo um “imperialismo

interno” com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico do país. A política de ocupação do Centro-Oeste, inserida nesse contexto, ultrapassava os limites geográficos da região, almejando também a futura ocupação da Amazônia, com uma notória desconsideração pelas territorialidades indígenas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado em 1937, desempenhou um papel crucial nesse processo, estruturando a divisão regional do Brasil em 1942 como parte da política varguista de centralização, buscando superar o que se denominava “regionalismo negativo”.

A política de ocupação territorial implementada durante o Estado Novo tinha como objetivo principal a ocupação dos “vazios demográficos”, - discurso “requeitado” no período da ditadura militar - buscando absorver os “excedentes populacionais” do Centro-Sul do país, direcionando-os para regiões produtoras de matérias-primas e gêneros alimentícios a baixo custo. Essa estratégia visava subsidiar o processo de industrialização na região Sudeste. O governo da época acreditava que essas medidas seriam capazes de solucionar os desequilíbrios regionais por meio de uma política demográfica que incentivasse a migração interna.

Os militares consideravam que o principal empecilho para o desenvolvimento econômico da Amazônia seria o baixo povoamento e a conservação do que chamavam de características de economia pré-capitalista. A região deveria vir então a fornecer matéria-prima e ampliar as áreas de povoamento que, na verdade, amplificaram as áreas de exploração e desmatamento, em nome do projeto de integração do desenvolvimento do Nordeste com a estratégia de ocupação da Amazônia, seguindo um dos slogans mais usados nas campanhas governamentais promovidas por Médici, “terras sem homens, para homens sem terra”, buscando estimular a migração para essa região (Silva, 2006).

O estado de Mato Grosso serviu como uma das principais bases de apoio para esse projeto. Posteriormente, a criação da Amazônia Legal, por meio da Lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953, e a instalação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), incorporaram à Amazônia brasileira

partes dos estados do Maranhão, Goiás (atual Tocantins) e Mato Grosso, consolidando um conceito político voltado para o planejamento e a promoção do desenvolvimento regional, que não se baseava exclusivamente em critérios geográficos. A proposta de integração nacional foi reeditada pelos governos militares após 1964, sendo utilizada como uma estratégia de desenvolvimento que previa investimentos econômicos na região amazônica em articulação com o Nordeste do Brasil.

3. A migração para a Amazônia, comunidades locais e o contexto do garimpo

Para atender a dois objetivos centrais do regime militar, que o presidente Médici declarou em seu discurso realizado em Manaus no ano de 1970, intitulado “Atos de fé na Amazônia”, que seria preciso “descobrir” e “humanizar” a Amazônia, a população nordestina foi então incentivada a migrar para essas regiões consideradas subutilizadas. Essa convocação se baseava na premissa de que o Nordeste abrigava uma grande massa de pessoas vivendo em condições precárias, com baixa participação na economia nacional.

Em outras palavras, o discurso oficial argumentava que milhões de nordestinos, concentrados em pequenos pólos agrícolas e industriais, apresentavam uma produção e consumo muito aquém da média nacional, com a maior parte da produção concentrada nas mãos de uma pequena parcela da população local. Além disso, o governo reconhecia o problema da migração nordestina para o Centro-Sul, que resultava na expansão de comunidades marginalizadas nas favelas. Em contrapartida, a Amazônia, representando mais da metade do território brasileiro, era vista como uma área capaz de absorver a população nordestina migrante.

A mensagem central era que a Amazônia representava uma solução tanto para os problemas socioeconômicos do Nordeste quanto para a necessidade de ocupação e desenvolvimento da região Norte, sob a ótica do regime militar. A “humanização” da Amazônia, portanto, estava atrelada à transferência de população

considerada excedente de outras regiões, especialmente o Nordeste, para esse território.

O modo como o colonialismo opera na Amazônia se assemelha a definição fanoniana da prática colonial, onde opera um esforço do colonizador em deslegitimar e animalizar o colonizado, declarando-o como um ser ausente ou inimigo de valores, o portador do mal e agente do atraso. Em *Condenados da Terra* (2022), Fanon reforça que a estratégia do colonizador não é só dominar o território, mas também as mentes. Fazendo com o que o colonizado assimile a ideia de inferioridade intelectual, e buscando que acatem as expectativas da metrópole que o aliena constantemente. Esse caráter é perceptível tanto no modo como as ações governamentais lidam com as populações nativas quanto com os migrantes vindos do nordeste.

A indolência dos indígenas, reforçada nas produções literárias, diários de viagens e assimilada pelo senso comum, é de suma importância para a criação da teoria do determinismo geográfico que se desenvolveu posteriormente acerca da região amazônica e das comunidades que ali se estabeleciam. Na retórica oficial prevalecia a ideia de espaços vazios, uma tentativa de apagamento da presença de diversas comunidades nesse território, retrato da prevalência de uma mentalidade integracionista que desprezava as culturas nativas. O incentivo à instalação de empreendimentos nessa região entre que grupos sociais distintos forçou o convívio conflituoso entre culturas, temporalidades, práticas e técnicas muito distintas.

Na obra *Os fuzis e flechas* (2017) do jornalista Rubens Valente, observamos também a mentalidade integracionista do Estado e sua truculência na criação da Guarda Rural Indígena (Grin) e na atuação de Maurício Rangel Reis, ministro do Interior, que defendeu o projeto por proporcionar a “emancipação” dos indígenas, retirando o direito desses povos à terra. Tratando de como as obras e projetos de integração nacional, a exemplo da Transamazônica e outras rodovias, tiveram consequências fatais sobre os povos Parakanã, Asurini e outros, bem como a evidência do favorecimento estatal a grupos de mineradores, fazendeiros e empreiteiras com interesses em terras indígenas.

Temos também a prática de cercamentos no campo que mobilizaram um fluxo de migrantes para esse território. O perfil desses migrantes compreendia, majoritariamente, camponeses, principalmente filhos de camponeses, em razão da juventude. Estes eram levados do Maranhão e de outras regiões para trabalhar como peões na derrubada de mata e formação de fazendas, exercendo a peonagem, na região amazônica. A dinâmica de trabalho, frequentemente, de enquadrava em escravidão por dívida, que começa por meio de adiantamentos chamados de “abono”, sendo esse “uma quantia em dinheiro deixada antecipadamente com a família do peão” (Martins, 1986, p 46).

Essa modalidade de deslocamento norte-nordeste tem que ser analisada para além de questões materiais e de sobrevivência, apesar delas possuírem um grau de relevância significativo nesse cenário, segundo Silva e Menezes (2007):

A migração, enquanto processo, responde às necessidades materiais de sobrevivência (comida, roupa, remédios) e também as necessidades de manter vivas as ilusões (de melhoria, de ascensão social, de projetos de vida). A compreensão dessa dialética afasta os dualismos e as excludências, no sentido de que o real, o palpável, é verdadeiro; e o irreal, o invisível, é falso. As representações sociais (símbolos, imaginário) são elementos do real, portanto necessários. A ilusão é necessária e ela se apoia em uma base social (Silva; Menezes, 2007, p. 5)

Esses deslocamentos acontecem em sequência às políticas de cercamento, que afetaram tanto ao campo quanto ao território indígena, e paralelamente ao “boom” dos garimpos, com o surgimento da Serra Pelada, Cumaru e outras áreas de garimpagem na década de 1980. Nesse contexto, a atuação do povo Mebêngôkre Kayapó com o garimpo chama atenção, uma relação complexa que se desdobrou em diferentes fases e estratégias por parte desse povo indígena, nos mapas de conflito da Fundação Fiocruz conseguimos acessar a linha do tempo das reivindicações dessa comunidade.

Após se mobilizarem em protesto aos avanços do garimpo em suas terras conseguiram um acordo com o governo que instituiu uma relação na qual eles não tinham controle direto sobre o garimpo Cumaru, mas o governo instalou, em março de 1981, um sistema de controle semelhante ao que ocorria em Serra Pelada,

mantendo os garimpeiros e diversos órgãos para abastecimento, segurança, atendimento de saúde e o monopólio da compra do ouro, atividade exercida pela Caixa Econômica Federal.

No entanto, ao constarem os efeitos nocivos da garimpagem, como a poluição das águas próximas ao garimpo, aumento de doentes nas aldeias e escassez na atividade de pesca, os Kayapó se mobilizaram e reivindicaram um ajuste na porcentagem recebida pela atividade garimpeira. No ano de 1984, comunicaram aos órgãos federais que estavam dispostos a desativar os garimpos caso os donos de barrancos não aceitassem aumentar o valor repassado. Desenvolveram, além disso, uma rede de fiscalização do trabalho garimpeiro em suas terras, controlando o fluxo de pessoas, mercadorias e do ouro extraído (Saidler, 2017).

A partir da observação dessa articulação podemos constatar a complexidade da relação dos Kayapó com o garimpo, marcada por negociações, atos de resistência, pela busca por autonomia no gerenciamento e defesa de seus direitos territoriais diante das pressões e impactos da atividade garimpeira em suas terras.

Esse é o cenário encontrado por muitos migrantes que se destinaram a áreas de garimpagem na Amazônia. Era notável a autoridade exercida pela liderança indígena, que juntamente com a polícia federal faziam o controle da área de Cumaru. Aparecendo inclusive em relatos de migrantes que relatam a frequência que eles eram vistos na sede do garimpo para resolver questões acerca da divisão das áreas de garimpagem.

Expedito Alves da Silva, atualmente com 75 anos, um maranhense que migrou para o garimpo Cumaru em 1982, relembra que “a área era deles, área privada. Aí tinha áreas que não era liberado, nego entrava trabalhando de noite pra os índios não descobrir, trabalhava manual, porque não podia ligar a máquina”. Completa afirmando que eles andavam armados e resolviam tensões relacionadas a invasões noturnas em áreas restritas de garimpagem, segundo ele a reprimenda vinha no dia seguinte, os “índios” chegavam com bandeiras vermelhas, “que eram as bandeiras de

guerra, aí podia correr que o embate era certo”. Em outro momento relata mais um motivo para que houvesse conflitos:

Lá era assim, a justiça liberava um garimpo, tinha um contrato. Tantos meses, você paga tanto, você vai ficar trabalhando nessa área, no dia que fechava o contrato você tinha que fazer outro contrato, porque se você continuasse, passasse o limite daquele contrato, você ia preso. Muitas vezes o ‘cabra’ não queria trabalhar, os índios chegavam a atacar, porque passava o dia de pagar, aí nem ia polícia, os índios era quem ia atacar, que era o dono da área lá. (Silva, 2021)

A realidade encontrada por ele no garimpo foi de uma grande mistura de sotaques e costumes, gente de todo o Brasil em busca das promessas feitas pela “fofoca do garimpo”, como eram denominadas as propagandas de boca a boca feita por quem retornava dos garimpos ao local de origem e assim incentivava novas migrações. Era um cenário que se assemelhava ao fim do mundo, uma algazarra, uma loucura, muito motivada, certamente, pela euforia que todos esses sujeitos experimentavam ao adentrar nessa, tão difundida, virada de vida que o garimpo poderia proporcionar. É interessante pensar nesse “fim do mundo” como uma exemplificação da situação de desespero que esses sujeitos nos garimpos se encontravam.

Gente de todo lugar, gaúcho, mineiro, paraense, baiano, maranhense, cearense. Gente de todo lugar você encontrava lá no garimpo, então lá era uma senzala que quando você se acha lá dentro, parece que tá no fim do mundo, não é esse mundo que nós conhece aqui, é um mundo de zuada, de movimento que a gente não conhece, gente grita, corre, era uma coisa de louco o garimpo. (Silva, 2021)

Ao falar das relações e convívio no garimpo de forma mais ampla, é notável que havia um clima de desconfiança geral que se manifestava de forma mais amena por meio de “picuinhas”, pequenas desavenças. Brigas mais intensas não eram a regra em Cumaru, principalmente pela forte presença da polícia federal nesse garimpo, no entanto, às vezes elas aconteciam por “baixo dos panos” e a polícia acabava nem sendo informada dessas situações:

Não tinha muita briga, porque assim, você não podia brigar né? Porque onde o garimpo era liberado tinha, é, como é que se diz... Onde era registrado o garimpo, você não podia brigar. A federal tomava de conta, ia preso. Ave Maria, queriam era saber de alguma coisa... Ai, acontecia

assim, que o pessoal descia pros ‘baixão’ e a fiscalização ficava na Sede, quando acontecia alguma coisa, nos garimpos, às vezes o dono do garimpo era quem ia, até na Sede, pra falar pras autoridades tomar providências. Mas muitas de muitas vezes, acontecia dano lá que nem um e nem outro vinha falar. Porque às vezes o cara tirava a vida de alguém e ficava pra lá, ninguém dava notícia ou ia ver, lá era difícil. (Silva, 2021)

Entre os próprios garimpeiros havia um clima de salve se quem puder, a grande maioria vivia desconfiada dos colegas e as relações interpessoais em alguns eram marcadas por desavenças motivadas principalmente pelo ego ferido de alguns, isso se dava muita das vezes por não saber relevar brincadeiras e piadas feitas pelos colegas de garimpagem, quem fosse mais “sisudo” poderia, segundo Expedito, arranjar uma grande confusão, então era necessário fingir não ouvir e seguir no dia-a-dia com muita paciência a fim de não cultivar desafetos.

Assim, o pior de garimpo é que você chega no meio daquelas pessoas desconhecidas, eles não conhecem a gente, mas eles ficam tomando gosto com as pessoas, zombando a cara das pessoas, com piada, aquela coisa. É uma coisa assim, aquela coisa que, nós mesmo que não tem costume com aquilo, é obrigado ter muita paciência pra tolerar, muita paciência mesmo. (Silva, 2021)

A narrativa de Expedito sobre as relações pessoais e de trabalho no garimpo remete a interpretação de Rodrigues (2020), de que não só a existência física das pessoas ficou vulnerável em relação ao ouro e seus valores econômicos, mas também fatores existenciais como sentimentos, sofrimentos, alegrias, tristezas, esperanças, desilusões, sorte, azar, castigo, fé. Rodrigues (2020) vê o garimpo como um espaço de solidão que dissipou esses valores, tudo foi banalizado em detrimento da ganância e muitas vezes do desespero daqueles que não conseguiram nada.

6. Considerações Finais

Ao compreender a relevância de analisar a migração de trabalhadores rurais do Maranhão para a Amazônia sob a perspectiva das ações governamentais de incentivo às migrações implementadas durante a Ditadura Militar, pudemos observar como essas políticas moldaram não apenas os fluxos migratórios, mas também as condições de vida dos migrantes e as dinâmicas sociais e econômicas na região. A

pesquisa revela que a migração é um fenômeno complexo, que deve ser entendido como um processo político e social, e não meramente econômico.

Os principais achados indicam que a migração para a Amazônia foi impulsionada por uma combinação de fatores estruturais, como a pobreza e a desigualdade, que forçaram os jovens a deixar suas comunidades. Ao mesmo tempo, as políticas da Ditadura Militar, que buscavam integrar a Amazônia ao restante do Brasil, resultaram em uma ocupação territorial que perpetuou relações de exploração e marginalização. Os migrantes, ao chegarem à Amazônia, enfrentaram não apenas desconexão de suas terras de origem, mas também novas formas de precarização e exclusão social, evidenciando a “dupla ausência” proposta por Sayad.

Essas medidas não apenas impactaram a vida dos migrantes, mas também transformaram as dinâmicas espaciais do território amazônico. A exploração das riquezas naturais da região, associada à marginalização das comunidades locais, demonstra como as decisões políticas moldaram a realidade social e econômica da Amazônia, perpetuando desigualdades históricas.

Portanto, é fundamental reconhecer a migração como um fenômeno que transcende a esfera econômica, envolvendo questões de poder, identidade e resistência. A análise das políticas migratórias da Ditadura Militar e seus efeitos sobre os migrantes e o território amazônico oferece uma compreensão mais profunda das complexas relações sociais que caracterizam essas migrações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidente (1969-1974: Emílio Garrastazu Médici). **Atos de fé na Amazônia.**

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra.** Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar neste verão: O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo.** Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Contexto, 1980.

MILHOMENS, Lucas; GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Amazônia: Da Ditadura Civil-Militar Aos Grandes Projetos Da Atualidade**. Cadernos CERU, série 2, v. 29, n. 2, dez., 2018.

RODRIGUES, José Siney Ferraz. **Memórias do garimpo: vida e trabalho de garimpeiros clandestinos no ciclo do ouro na Amazônia Brasileira (1960-2000)**. Tese (Doutorado).

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA. Expedito Alves da. Entrevista concedida a Giselle Maria Silva Cruz. **Buriti Bravo** (MA), 11 de julho de 2021.

SILVA, Idelma Santiago da. **Migração e Cultura no Sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)**. Goiânia, Dissertação, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, 2006.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VIOTTI DA COSTA, Emília. **Da Monarquia à República: A Formação do Estado Brasileiro**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2007.

VITALE JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente**. s.l., p. 147-154, 2017.

LOIOLA, Silva, Tauil. Controle da malária no Brasil: 1965 a 2001. **Rev Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health**, 11(4), 2002.